

Folha Informativa SRADR

2022-04-11

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



| Diploma | Data | Emissor | Sumário |
|--|------------|-------------------|---|
| <u>Regulamento de Execução (UE) 2022/587</u> | 2022.04.11 | Comissão Europeia | Altera o anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2021/605 que estabelece medidas especiais de controlo da peste suína africana. |
| <u>Regulamento de Execução (UE) 2022/588</u> | 2022.04.11 | Comissão Europeia | altera os anexos V e XIV do Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito às entradas relativas aos Estados Unidos nas listas de países terceiros autorizados para a entrada na União de remessas de aves de capoeira, produtos germinais de aves de capoeira e carne fresca de aves de capoeira e de aves de caça. |

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

◆ Planos estratégicos para o leite e para a carne vão orientar políticas regionais para a próxima década, assinala António Ventura

Foram aprovados em reunião do Conselho de Governo realizada na passada semana os Planos Estratégicos para a Fileira do Leite de Bovinos dos Açores e para a Fileira da Carne de Bovinos dos Açores, ambos inseridos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e que vão “criar uma orientação para a próxima década”, destaca o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

“São planos que, pela primeira vez, dão indicadores da formação dos custos de produção nas diversas ilhas, dos preços pagos aos produtores e, no caso do leite, dos custos de transformação. Todas estes indicadores vão servir de base para periodicamente atualizarmos estes mesmos custos”, vinca António Ventura.

Ambos os documentos “fazem uma caracterização produtiva e do setor da transformação, em cada ilha dos Açores, no que a estes dois setores agrícolas diz respeito, e identificam as potencialidades e fragilidades” por ilha.

“São planos que estão em consonância com o objetivo de melhorar o nosso autoabastecimento alimentar, aumentar a exportação, criar emprego, combater o envelhecimento humano e fixar jovens. Pretendem também promover a naturalidade da terra, melhorar o conteúdo nutricional dos alimentos, garantir o bem-estar animal e assegurar a sustentabilidade dos recursos produtivos como o solo e a água”, prossegue o governante.

“O próximo passo será o de estabelecer grupos operacionais para os dois planos - para que estes objetivos sejam concretizados importa aplicar as medidas conclusivas e de recomendação.”, realça ainda o Secretário Regional, António Ventura.

Estes dois planos estiveram em consulta pública tendo recebido vários contributos da sociedade açoriana.

Fonte - Planos estratégicos para o leite e para a carne vão orientar políticas regionais para a próxima década, assinala António Ventura - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)

Folha Informativa SRADR

2022-04-11



República Portuguesa

Notícias

❖ **Ucrânia forneceu mais de um terço do milho importado por Portugal em 2021 – INE**

A Ucrânia foi o principal fornecedor de milho a Portugal em 2021, sendo a origem de mais de um terço do milho importado, enquanto da Rússia as principais importações foram os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos produzidos), segundo o INE.

Em 2021, o milho importado da Ucrânia representou 34,7% das importações nacionais deste produto. Segundo o INE, na União Europeia, apenas os Países Baixos apresentaram uma maior dependência do milho da Ucrânia (39,7%).

Aliás, entre 2017 e 2021, a Ucrânia foi sempre o principal fornecedor de milho, representando, em média, 34,4% das importações nacionais deste produto.

Devido sobretudo ao milho, das importações da Ucrânia, os produtos agrícolas foram o grupo mais representativo (peso médio de 73,5% face ao total). A seguir ao milho, o segundo produto com maior relevância no conjunto dos produtos agrícolas importados da Ucrânia foi o óleo de girassol em bruto (exceto para usos técnicos ou industriais), representando a Ucrânia 51,4% das importações portuguesas deste produto.

As sementes de nabo silvestre ou de colza constituíram o terceiro produto mais importante nas importações de produtos agrícolas da Ucrânia, com um peso de 30,6% no total das importações nacionais deste produto.

A seguir aos produtos agrícolas, os outros grupos de produtos mais importados por Portugal da Ucrânia foram metais comuns (19,1%), essencialmente ferro fundido, ferro e aço), máquinas e aparelhos (1,4%), produtos alimentares (1,2%) e madeira e cortiça (1,1%). No seu conjunto, estes cinco grupos de produtos representaram, em média, 96,2% das importações da Ucrânia. Já da Rússia, em 2021, os principais produtos importados por Portugal foram os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos), representando 16,3% do total importado o ano passado destes produtos. Segue-se o gás natural liquefeito, representando 16,6% do total.

Ainda assim, diz o INE, que estas proporções são inferiores à média da UE (17,5% e 33,5%, respetivamente).

“Apenas na importação de óleos e outros produtos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha a alta temperatura a proporção foi a mais elevada de todos os países da UE atingindo 91,2% [em Portugal], face a 35,1% de valor médio da UE”, acrescenta o instituto de estatística.

O INE refere ainda que, entre 2017 e 2021, as transações com a Ucrânia representaram 0,1% das exportações totais e 0,3% das importações. O valor mais elevado nas importações foi em 2021 com 297 milhões de euros.

Já com a Rússia, no mesmo período, as exportações para esse país representaram 0,3% das exportações totais e as importações 1,5% das importações totais. Em 2017, as importações da Rússia atingiram o valor mais elevado, de 1.577 milhões de euros, sendo 74,5% deste valor correspondente a óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (nesse ano, a Rússia foi o principal fornecedor desse produto a Portugal).

Ainda entre 2017 e 2021, diz o INE, houve sempre défices da balança comercial de Portugal com a Ucrânia e com a Rússia.

Segundo o INE, nas trocas com a Ucrânia, o mais elevado registou-se em 2021, com um défice de 261 milhões de euros. No comércio com a Rússia, o défice mais elevado observou-se em 2017, de 1.397 milhões de euros.

Já em 2020 registaram-se os défices mais reduzidos nas transações com ambos os países, correspondentes a 175 milhões de euros nas trocas com a Ucrânia e 335 milhões de euros nas trocas com a Rússia, o que, segundo o INE, acompanhou “a evolução do défice global das transações portuguesas que, nesse ano, foi fortemente influenciado pela pandemia da covid-19”.

Já nos primeiros dois meses deste ano (dados disponíveis), diz o INE que as importações da Ucrânia aumentaram 14,3% em relação ao mesmo mês de 2021 e 6,1% relativamente a janeiro de 2020. Tanto em janeiro e fevereiro, segundo os quadros disponibilizados pelo INE, as importações da Ucrânia foram superiores a 30 milhões de euros.

Nas importações provenientes da Rússia, em janeiro aumentaram 16% face a 2021 e em fevereiro aumentaram 91,8% face ao mesmo mês de 2021 (98,9% e 425,7% em relação a 2020). Em janeiro, segundo os quadros disponibilizados pelo INE, as importações da Rússia foram de cerca de 100 milhões de euros e em fevereiro de quase 160 milhões de euros.

Folha Informativa SRADR

2022-04-11

“Estes acréscimos [nas importações com a Rússia] deveram-se sobretudo aos combustíveis e lubrificantes, refletindo, o aumento dos preços face aos dois anos anteriores e também as menores restrições à mobilidade e atividade económica associadas à pandemia covid-19 nos dois primeiros meses de 2022 comparativamente com o mesmo período de 2021”, explica o INE.

Fonte - Ucrânia forneceu mais de um terço do milho importado por Portugal em 2021 - INE - Agroportal



União Europeia



Outras Notícias da Comissão Europeia

❖ **Auxílios Estatais: Comissão aprova medida portuguesa de 250 milhões de EUR ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com vista a uma maior capitalização do Banco Português de Fomento**

A Comissão Europeia aprovou, de acordo com as regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida de auxílio portuguesa no valor de 250 milhões de EUR, disponibilizada através do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) («MRR»), com vista a uma maior capitalização da instituição de fomento do país, o Banco Português de Fomento («BPF»). A medida visa desenvolver a economia portuguesa facilitando o acesso ao financiamento, em especial para as pequenas e médias empresas («PME») afetadas pela pandemia de COVID-19, estimulando assim a competitividade e a criação de emprego a longo prazo. O regime contribui igualmente para os objetivos estratégicos da UE relacionados com as transições [ecológica](#) e [digital](#), bem como com a coesão económica, a produtividade e a competitividade.

A vice-presidente executiva Margrethe **Vestager**, responsável pela política da concorrência, declarou a este propósito: «Este aumento de capital social permitirá ao Banco Português de Fomento continuar a promover o crescimento da economia portuguesa de forma sustentável e apoiar as transições ecológica e digital. Contribuirá igualmente para a coesão económica, a produtividade e a competitividade, garantindo simultaneamente que a concorrência não é indevidamente falseada.»

A medida portuguesa

A medida notificada por Portugal será inteiramente financiada através do MRR, na sequência da avaliação positiva da Comissão relativamente ao [Plano de Recuperação e Resiliência português](#) e da sua adoção pelo Conselho. O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal estabelece o aumento de capital do BPF como condição necessária para que este se torne parceiro nacional de execução do [Programa InvestEU](#).

A medida permitirá ao BPF aumentar o financiamento — em especial para as PME afetadas pela pandemia de COVID-19 — principalmente através da concessão de garantias públicas, em estreita colaboração com os bancos comerciais ativos em Portugal. Serão assim mobilizados investimentos nos quatro domínios estratégicos do Programa InvestEU, a saber: i) infraestruturas sustentáveis, ii) investigação, inovação e digitalização, iii) investimento social e competências e iv) PME. Por conseguinte, a medida também contribui para os objetivos estratégicos no âmbito do MRR, em especial a transição ecológica, a transformação digital, a coesão social e territorial e o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Apreciação dos auxílios estatais pela Comissão

A Comissão apreciou o aumento de capital social de acordo com as regras da UE em matéria de auxílios estatais, em especial do [artigo 107.º, n.º 3, alínea c\)](#), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE»), que autoriza os auxílios estatais destinados a facilitar o desenvolvimento de certas atividades ou regiões económicas.

A Comissão verificou que:

- A medida **facilita o desenvolvimento de certas atividades económicas** em setores como i) as infraestruturas sustentáveis, ii) a saúde, iii) os transportes, iv) a mobilidade, v) os resíduos e outras infraestruturas ambientais, vi) a investigação e a inovação, vii) a educação, a formação, o emprego e a inclusão social e viii) a habitação social e a preços acessíveis.
- A medida minimiza as distorções da concorrência e das trocas comerciais na UE. Em especial, a medida é **necessária e adequada para melhorar o acesso** ao financiamento por parte de setores, projetos ou empresas que tenham dificuldade



Outras Notícias da Comissão Europeia

em obter financiamento suficiente do mercado. A medida é igualmente **proporcionada**, uma vez que o balanço do BPF continua a ser relativamente reduzido quando comparado com o de outras instituições de fomento na UE.

- A medida inclui **salvaguardas suficientes para evitar efeitos negativos indevidos na concorrência e no comércio da UE**. Em particular, as atividades de financiamento do BPF estarão sujeitas a medidas destinadas a garantir que os investidores privados não sejam excluídos, caso estejam dispostos a conceder financiamento às empresas.

Nesta base, a Comissão aprovou o aumento de capital social a favor do BPF de acordo com as regras da UE em matéria de auxílios estatais.

Contexto

Todos os investimentos e reformas que impliquem auxílios estatais, bem como os incluídos nos planos nacionais de resiliência e recuperação apresentados no contexto do MRR, devem ser notificados à Comissão para aprovação prévia, a menos que estejam abrangidos por uma das regras de isenção por categoria em matéria de auxílios estatais.

A Comissão aprecia prioritariamente as medidas que fazem parte dos planos nacionais de recuperação apresentados no contexto do MRR, tendo fornecido orientações e apoio aos Estados-Membros nas fases preparatórias dos planos nacionais, a fim de facilitar a rápida implantação do MRR. Ao mesmo tempo, a Comissão garante, na sua decisão, o cumprimento das regras aplicáveis em matéria de auxílios estatais, a fim de preservar condições de concorrência equitativas no mercado único e assegurar que os fundos do MRR são utilizados de forma a minimizar as distorções da concorrência e a não excluir os investimentos privados.

Para mais informações

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com a referência SA.102007 no [Registo dos auxílios estatais](#) no sítio Web da DG [Concorrência](#) da Comissão, uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade. As novas publicações de decisões sobre auxílios estatais publicadas na Internet e no Jornal Oficial são divulgadas no [Competition Weekly e-News](#).

Fonte - [Comissão aprova medida portuguesa de 250 milhões de EUR \(europa.eu\)](#)



Compromisso de 3 mil milhões de árvores

Ao abrigo do [Pacto Ecológico Europeu](#), a [estratégia de biodiversidade da UE para 2030](#) compromete-se a plantar pelo menos 3 mil milhões de árvores adicionais na UE até 2030 no pleno respeito dos princípios ecológicos.

O contador MapMyTree foi lançado a 9 de dezembro de 2021. Conta novas árvores que atendem aos critérios do compromisso de 3 mil milhões de árvores, desde a adoção da estratégia de biodiversidade da UE em maio de 2020.

O mapa de monitorização fornece diferentes opções para visualizar onde as árvores foram plantadas em toda a UE. Visualize as árvores plantadas por país ou amplie regiões específicas selecionando as opções NUTS1 a NUTS3. Selecione a opção NUTS3 para visualizar as organizações participantes. Os diferentes tons de verde representam a densidade de árvores nas respetivas áreas geográficas, ou seja, tons mais escuros indicam uma maior densidade média de árvores por quilómetro quadrado de área.

Para informações mais detalhadas sobre o progresso do plantio de árvores, visite: [Sistema de Informação Florestal para a Europa](#).



Porquê plantar 3 mil milhões novas árvores?

A Comissão publicou na sua [Estratégia Florestal da UE dedicada para 2030](#) para melhorar a quantidade e a qualidade das florestas da UE. Inclui um [roteiro](#) que descreve como a Comissão planeia alcançar o compromisso de 3 mil milhões de novas árvores no pleno respeito dos princípios ecológicos.

As árvores são uma parte fundamental da solução para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, mas essa promessa não resolverá o clima nem a crise da biodiversidade por si só. Plantar novas árvores não é uma alternativa à preservação das árvores existentes, mas um complemento a uma ação mais ampla de conservação. Plantar 3 mil milhões de árvores adicionais em toda a UE até 2030 irá:

- aumentar a área de cobertura florestal e arbórea na EU;
- aumentar a resiliência das florestas e seu papel na reversão da perda de biodiversidade;

Folha Informativa SRADR

2022-04-11



Outras Notícias da Comissão Europeia

- mitigar e nos ajudar a nos adaptar às mudanças climáticas.

Na UE, estima-se que quase 300 milhões de árvores tenham crescido todos os anos entre 2010 e 2015.

O objetivo é dobrar esses números para chegarmos a 600 milhões de árvores cultivadas por ano. Isso significa 3 mil milhões de novas árvores até 2030 em comparação com o cenário “business as usual”.

✓ Como podemos atingir esta meta?

Muitas atividades de plantio e regeneração natural estão a ocorrer na Europa, e o Compromisso dos 3 mil milhões de Árvores dará início a esforços adicionais e dará visibilidade ao que já está acontecendo.

Um aspeto importante é que árvores adicionais precisam ser plantadas e cultivadas em pleno respeito aos princípios ecológicos. Isso significa que a árvore certa deve ser plantada no lugar certo e para o propósito certo. Isso requer planeamento e monitorização a longo prazo.

Na prática, a mistura certa de espécies de árvores deve ser plantada não apenas nas florestas, mas também nas áreas rurais e urbanas. Nenhuma árvore deve ser plantada em áreas de alto valor natural, como turfeiras, zonas pantanosas, zonas húmidas e pastagens. O plantio de árvores nas cidades pode ser muito benéfico mesmo em números menores, enquanto o plantio em áreas rurais pode trazer sinergias adicionais quando combinado com recursos agroflorestais ou paisagísticos.

✓ O que mais está a UE a fazer para proteger as florestas?

Este compromisso não resolverá por si só a crise climática nem a da biodiversidade. Plantar novas árvores não é uma alternativa à preservação das árvores existentes, mas um complemento a uma ação mais ampla de conservação. A Comissão está a tomar novas medidas para melhorar a qualidade e a quantidade das florestas da UE através da nova [estratégia florestal da UE para 2030](#). Esta estratégia visa aumentar a cobertura florestal na UE, respeitando os princípios ecológicos, e melhorar a resiliência das florestas na UE. Inclui compromissos para proteger rigorosamente as florestas primárias e antigas da UE, garantir que as florestas são geridas de forma sustentável e melhorar a monitorização das florestas da UE.

Fonte - [The #3BillionTrees Pledge - European Commission \(europa.eu\)](#)